

Espontaneidade, temporalidade e reflexão

Spontaneity, temporality and reflection

Alexandre de Oliveira Torres Carrasco

<https://orcid.org/0000-0003-4379-1773> – E-mail: alexandre.torres.carrasco@gmail.com

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar e comparar dois momentos em que o problema da reflexão e seus antecedentes diretos são tratados na obra sartreana. Dessa comparação espera-se tirar consequências sobre o problema da reflexão enquanto tal e sobre os problemas de interpretação do percurso sartreano.

Palavras-Chave: Fenomenologia. Reflexão. Temporalidade. Existencialismo. Sartre.

ABSTRACT

This article intends to present and compare two moments in which the problem of reflection and its direct antecedents are treated in Sartre's work. This comparison is expected to draw consequences on the problem of reflection as such and on the problems of interpreting Sartre's journey.

Keywords: Phenomenology. Reflection. Temporality. Existentialism. Sartre.

Introdução

Pretendemos tomar, em Sartre, dois momentos distintos de um mesmo problema. Esse problema é a reflexão. A consequência dessa comparação é o que nos interessa em termos de interpretação do percurso sartreano e por dela podermos tirar consequências da diferença de tratamento conceitual e argumentativa que o tema recebe ao longo desse percurso que vai de *A transcendência do Ego* até *O ser e o nada*.

Assim, o presente artigo é algo em torno de uma superposição de momentos distintos, a partir de um recorte conceitual e argumentativo específico, sob um fundo comum. Ele remete, num primeiro momento, ao que há de comum entre esses dois momentos para torna possível a comparação. Dessa superposição, as consequências e as diferenças. São dois momentos homólogos, pelo menos do ponto de vista de seu conteúdo, mas cujas soluções conceituais, antecipemos os enquadramentos formais, são ligeiramente ou levemente discrepantes. Será dessa discrepância, muito menos do que uma ruptura em sentido próprio, o que parece não haver, que tiraremos as consequências que nos interessam. Antes da superposição, aos momentos que a pressupõe, cuja remissão parece-nos ser suficiente para indicar descritivamente o que eles têm em comum.

Esses momentos, tomados discretamente, inscrevem-se em um lugar gnosiológico que fica às portas, no patíbulo, por assim dizer, do psíquico, região de sentido com um regime de significação próprio, descrito tanto em *A transcendência do Ego* quanto em *O ser e o nada*, de Sartre. Essa primeira observação autoriza, por assim dizer, a aproximação e a conta da diferença que aqui pretendemos. Importante notar que esses momentos e o lugar em que se inscrevem cumprem uma função assemelhada, mas de modo não idêntico, tanto no texto de 1936 quanto no livro de 1943. Lembremos: o psíquico, cuja noção tem função chave no primeiro texto, que nos remetemos *A transcendência do Ego*, é um desdobramento reflexivo específico, o que se mantém no segundo texto; porém, reaparece, em *O ser e o nada*, amplificado e de modo mais complexo, um dos pontos que nos interessa. Ainda assim, traz consigo, por assim dizer, os instrumentos reflexivos próprios para análise de sua irrupção, descritos já em *A transcendência do Ego*, em termos de “reflexão pura” e “reflexão impura”. Reforçamos: essa nomenclatura e os usos analíticos da “reflexão pura” e da “reflexão impura” permanecem em *O ser e o nada*, modalizados pelas diferenças conceituais e de fatura entre os dois textos para esse mesmo problema, por assim dizer. Daí, a natureza do psíquico tem interesse conceitual amplo: o seu modo de dedução implica a natureza da reflexão que o engendra, em sentido amplo, em boa parte, seu pressuposto. Podemos afirmar que o psíquico, ao mobilizar os modos de reflexão possíveis – pura e impura – e se inscrever como uma espécie de excedente da atividade reflexiva indica esse lugar difícil, de passagem, que pretendemos senão descrever, pelo menos, indicar em dois momentos distintos do percurso sartreano, para fins de comparação: a antessala impermanente que anuncia o psíquico, de onde se chega ao psíquico por meio da reflexão impura, onde se fica, por outro lado, se se reconhece os limites legítimos da reflexão, nesse caso, reflexão pura.

Esse lugar diz respeito à reflexão enquanto tal, ao que poderíamos chamar de problema da reflexão, e ao psíquico como desdobramento específico do problema da reflexão, visto aqui em dois registros relativamente discrepantes.

O campo transcendental

Sempre guardadas as devidas proporções entre os textos, para os fins de nossa comparação é melhor medir a diferença entre *A transcendência do Ego* e *O ser e o nada* mediando essa diferença por meio do problema da reflexão. Lembremos, para começar, que *A transcendência do Ego* é quando muito um artigo longo, não se trata propriamente de um livro, apesar de ter sido publicado como tal em 1967, o que já pode servir de primeira diferença formal para o modo como o problema é tratado – de maneira mais sumária ou exaustiva em um e outro caso. As diferenças, porém, não se limitam a isso. A estreia filosófica sartreana, por assim dizer, dá-se por meio de uma prosa bastante condensada, lacônica, em um registro quase hermético por

vezes, dado as mediações não escritas pressupostas para sua leitura, muito imbricadas no debate da época. Nada mais diverso formalmente do que a prosa consagrada no livro de 1943, *O ser e o nada*, texto barroco em que os paroxismos performativos do para-si são explorados retoricamente em um livro de setecentas páginas. Se atentarmos para o problema e o conceito específico que nos mobiliza, o problema da reflexão e a reflexão enquanto tal, ele oferece, porém, a primeira vista, muito mais convergência de tratamento do que propriamente diferenças entre um e outro texto. Senão vejamos: a reflexão ocupa o mesmo lugar conceitual e gnosiológico nos dois textos e do tratamento que recebe aqui e lá, tiram-se praticamente as mesmas consequências, entre elas, a irrupção do psíquico como região subjetiva específica. O que pretendemos dizer, por óbvio, não é que não há diferença, mas que a diferença é mais sutil e fina do que se exigiria de uma primeira vista no texto. Ela vem igualmente de um elemento que, digamos, corre por fora do problema, tal como se dá sua primeira descrição, no texto de 1936, o modo como a temporalidade é incorporada ao problema da reflexão em 1943. Assumindo a diferença entre os textos, passamos ao que interessa, a descrição que constrói essa diferença.

Lembremos, de antemão, de que *A transcendência do Ego* opera em marcos fenomenológicos mais ou menos canônicos, ainda sem as categorias ontológicas que caracterizarão *O ser e o nada*; o que o próprio Sartre reconhece nos *Cadernos de uma guerra estranha* (SARTRE, 1995). *A transcendência do Ego* (SARTRE, 2003) é um texto essencialmente husserliano nos motivos conceituais que agencia, evidentemente, com um grão de sal, pois se trata, como sabemos, do primeiro texto filosófico *de autor* que Sartre dá à luz, e o caráter propriamente autoral do texto passa pela interpretação larga que ele dá da fenomenologia husserliana nas poucas páginas do artigo. Lá, sem que se conte com a operação ontológica do *nada*, pressuposto ontológico da negação, no desenho que terá em 1943, e que ainda não entrou em cena, a consciência irrefletida ou de primeiro grau, fundamento do campo transcendental, é atravessada por uma negatividade específica, efeito, em boa medida, da interpretação que nos oferece Sartre da intencionalidade husserliana; o que, ainda que não lhe altera a natureza, muda-lhe o escopo, e produz como corolário uma atividade posicional permanente no campo transcendental, atividade que se traduz pela permanente presença negativa – estar lá e ser seu outro – da consciência no mundo. Dessa relação decorre a definição plástica e mínima que tira Sartre da consciência, em sua interpretação da fenomenologia husserliana, reduzindo a quase *nada* a eficácia analítica e fenomenológica do par noema e da noese, por exemplo, exilados para além do campo transcendental. Nessa ordem de descrição, a higidez do campo transcendental decorre da atividade auto-fundante da consciência irrefletida em pôr o mundo de modo posicional à medida que se põe *não*-posicionalmente no mundo. Como é auto-fundante, não exige qualquer recurso reflexivo de fundação, a consciência dispensa qualquer expediente para se dar a si mesma de maneira consciente, e o nível descritivo de sua atividade dá, em função dessa convergência plástica de forma e conteúdo, em seu nível normativo. A autarquia do campo transcendental não só desafia como põe a reflexão como enigma, como observa Coorebyter (SARTRE, 2003, p. 183, nota 29). Mas há reflexão, e será justamente o excedente de sua operação que porá o avesso do campo transcendental sob a forma do psíquico, uma vez ultrapassados os limites permitidos a uma *reflexão pura*, a forma adequada da intuição reflexiva (operador crítico descritivo que permanece em *O ser e o nada*, com seu par, *reflexão impura*). O psíquico será a região não autárquica e dependente da subjetividade, isto é, a região cuja experiência subjetiva subverte a ordem de adequação do campo transcendental. Será completamente afeita às transcendências e à exterioridade, e se organiza por meio de seu objeto central, o *quase objeto* ou *pseudo objeto*, o Ego, naturalmente transcendente, cuja descrição se ocupa a segunda parte do texto de 1936, e que esclarece a primeira parte do texto, a que apresenta o campo transcendental, pelo avesso.

Assim, poderíamos dizer, resumindo o problema e avançando um tanto, que a articulação entre as duas partes do texto se dá por meio da reflexão, é a reflexão que medeia a passagem de uma ponta a outra do problema, da impessoalidade do campo transcendental ao psíquico ordenado pelo Ego transcendente. Essa articulação conceitual entre duas instâncias ou dois modos subjetivos de significação é propriamente a reflexão. Essa subjetividade que se desdobra sobre si, fazendo-se *outra*, assim o faz por obra e graça da reflexão. Nos aproximando um tanto mais dessa articulação, no texto de 1936, vê-se o momento em que o *cogito* como consciência reflexiva, segunda seção do texto, opera, porém, de outro modo, que o modo tradicionalmente consagrado pelo filosofema cartesiano.

Agora, a reflexão não retorna à matéria que lhe antecede para lhe dar ou lá encontrar, com um grão de sal, o seu fundamento, subsumir-lhe, pelo contrário, é no momento dessa articulação reflexiva adequada e intuitiva – o *cogito* como consciência reflexiva –, em que o ato que põe a atividade reencontra-se com o a atividade que põe o ato, que a reflexão encontra o seu limite por lhe faltar o tipo de fundamento imediato que apenas a consciência irrefletida pode oferecer. Portanto, ainda que fiel ao *cogito* cartesiano, Sartre permanece muito fiel *a sua maneira*: a unidade adequada e intuitiva da reflexão pura funda-se na unidade pré-predicativa da consciência irrefletida, não o contrário. Eis o momento em que se revela o segredo de polichinelo da reflexão: que ela tira seu fundamento da consciência de primeiro grau ou irrefletida, justamente por ser incapaz de dar a si mesmo, como reflexão, seu próprio fundamento ou unidade. O “fundamento” da consciência irrefletida, por seu turno, não reflexiona, em sentido próprio: decorre da higidez descritiva que sua relação sintética e imediata com o mundo exprime. Relação sintética e imediata que articula, de maneira condensada, os problemas fenomenológicos clássicos de imanência e transcendência, dados à interpretação sartreana. Recapitulemos: é a reflexão que articula essas duas instâncias tornando menos obscuro – nos quadros de *A transcendência do ego* – a passagem do campo transcendental, lugar da transcendência imanente não substancial da consciência irrefletida, o empirismo transcendental sartreano inaugural, em que superfície e transparência coincidem em sua operação, ao psíquico, lugar do transcendente não imanente do Ego, do inercial, das operações por influência ou mágicas. Lá se procura o ego transcendente, polo organizador do psíquico, sabendo-se de antemão que não se o encontra propriamente, não se o pode encontrar. Para mediar tal passagem, a reflexão funciona tanto como elemento descritivo quanto como elemento normativo. Nesse ponto é que se cabe perguntar como a reflexão opera tal articulação, a pergunta que sumamente nos interessa, pois é dela que vem nossos termos de comparação com o segundo momento desse artigo.

A resposta, para ser satisfatória, exige dois níveis de análise. Em um primeiro nível, somos informados de que a reflexão, cujos motivos parecem ser enigmáticos e interessados, o que ressoa na ideia sartreana de redução (SARTRE, 2003, p. 130) captura a espontaneidade da consciência irrefletida, espontaneidade que a caracteriza formalmente, e transfere, por assim dizer, a desdobra, digamos, em um nível reflexivo na medida em que opera uma transposição de gênero. Contas feitas, é o sentido corrente de reflexão. Para efeito analítico, a reflexão captura a espontaneidade da atividade irrefletida, deslocando-a para seu polo objeto e, ao fazer isso, a submete a algo como um tipo de desnaturação química, degradando as suas qualidades vivas para melhor observar seus contornos morfológicos. Ao realizar essa transferência, ao fossilizar em um elemento formal, como consciência *refletida*, o elemento não “formalizável” da consciência irrefletida, sua atividade, a consciência reflexionante se vê capaz de caracterizar aquilo que, do ponto de vista irrefletido, permanecia pressuposto. Ela inscreve no polo objeto do ato reflexionante a atividade, já desnaturada de sua vida, da consciência irrefletida, e por isso

mesmo, passível de ser analisada como forma mortificada da atividade da consciência. Ocorre que, se essa operação desnatura a consciência enquanto quando lhe toma como objeto, para tal ela mantém a exigência da atividade de uma consciência irrefletida que anime a atividade reflexiva que desnatura a consciência de primeiro grau deslocada para o polo objeto. Eis o sentido de uma das frases mais retóricas de *A transcendência do Ego*: “Assim, a consciência que diz “eu penso” não é precisamente aquela que pensa” (SARTRE, 2003, p. 100). A glosa da frase explica todo o novo problema da reflexão que põe *A transcendência do Ego*: a reflexão não amplia a esfera subjetiva, como no caso clássico cartesiano, fazendo o infinito irromper na contingência por meio de uma operação, que igualmente funda a subjetividade, pelo contrário, a reflexão restringe e particulariza o campo transcendental, submetendo-o a uma forma forçada de contenção. Respeitados os limites da reflexão pura, essa restrição se dá de maneira adequada. E se não forem respeitados esses limites? Da ultrapassagem desses limites, agora no âmbito da reflexão impura, é que obliquamente se deduz a esfera do psíquico, uma derivação de seu excedente que a reflexão pura produz, com consequências típicas dos atos que transgridem os seus limites: dá-se, na aparência, uma ampliação da ordem subjetiva por meio do psíquico, de fato, porém, o efeito é o contrário, a esfera subjetiva degrada-se em uma ordem mistificadora e fetichista, cujos objetos, isto é, os modos de significar nessa ordem, dão-se por meio de marcações transcendentais, guardando, porém, um tipo de animismo fantasmático que é como que a memória degradada e mediada da espontaneidade da consciência irrefletida. O objeto psíquico traz consigo, por força da transgressão que o caracteriza em sua origem, uma *reflexão impura*, um traço ou índice de espontaneidade que já não pode ser realizada, mas que, no entanto, funciona como forma de inteligência desse objeto particular. Por causa disso, os objetos psíquicos parecem espontâneos – não o são –, são transcendentais, no modo de relação, mas trazem marcas da intimidade e interioridade – no sentido em que a interioridade é uma transcendência íntima –, tudo isso porque trazem em si a marca pretérita, em sentido formal e fenomenológico, da espontaneidade pré-reflexiva, transgredida e degradada a partir da reflexão impura. Sinalizam permanentemente para o que não são a característica geral do psíquico é ser anti-fenomenológico, pois essa marca replicada de espontaneidade é tão somente traço da espontaneidade que não mais *significa* espontaneidade, feitas todas as derivações impróprias que o caracteriza. Nesse ponto é que se exige um segundo nível de análise: como, tomando propriamente a reflexão, a espontaneidade pode ser transferida como sinal, índice, mas não como significado, nesse arco que institui seu escopo, tema e problema, que vai do *cogito* como consciência reflexiva, passando pela *reflexão pura* e chegando, finalmente, a *reflexão impura*, as portas do psíquico?

Expliquemos. Voltemos à reflexão pura. O sentido propriamente reflexivo do ato desdobra-se em duas instâncias, por assim dizer. A primeira: a atividade que toma a si mesma como objeto de sua atividade. Há uma coincidência performativa que a define, portanto, e cuja descrição dá conta de apresentar. A segunda rastreia a atividade enquanto tal, sua função de unidade, de modo longitudinal, a atividade que atravessa essa superposição, tornando-a inteligível. Campo transcendental e psíquico, para além da reflexão pura, diga-se, devem ter uma unidade pressuposta apesar na cisão que os caracteriza, sob pena de cairmos na hipótese do inconsciente (que significaria uma diferença sem unidade rastreável entre ordens subjetivas, uma dissociação irreversível da subjetividade). Nesse segundo nível de análise, é preciso dar conta do modo como uma função de unidade atravessa essa diferença, sem que a queda reflexiva seja suficiente para romper definitivamente.

Não mais a atividade que ser reencontra consigo tal como imagem em um espelho, a ordem descritiva do primeiro nível de análise, mas a espontaneidade enquanto tal que, atraves-

sando o campo transcendental até alcançar o psíquico, permite que se desvende as mitificações típicas do psíquico por meio das medidas do campo transcendental. Qual a medida normativa que se pode tirar da primeira ordem descritiva da reflexão – o *cogito* como consciência reflexiva –, e que torna possível que se rastreei, feitas as contas dessa transmutação alquímica, o quanto da unidade e sua imagem (e da imagem da imagem, o psíquico) se conserva e sob que medidas podem corresponder a adequação e apoditicidade posicional do objeto do ponto de vista da consciência irrefletida?

No núcleo da operação está na espontaneidade própria do campo transcendental que atravessa e em alguma medida unifica todo esse conjunto subjetivo cindido, por assim dizer, em campo transcendental e psíquico. Assim, para entender o escopo da reflexão (e suas consequências) há que se entender o modo pelo qual a espontaneidade unifica de modo impessoal, a atividade do campo transcendental e essa unificação permanece como medida de unidade da vida subjetiva.

Retomemos, explicando melhor: a reflexão articula duas instâncias chaves da vida psíquica, campo transcendental e psíquico, com o adendo de que o psíquico é um tipo de dobra parcial e particular do campo transcendental, efeito de um excedente reflexivo impróprio, que parte da reflexão impura. Um dos elementos chaves dessa articulação, mantendo em relevo a reflexão, é o modo como a função de unidade atravessa a vida subjetiva, não permitindo que sua diferença produza descontinuidades fatais, como é o caso do inconsciente. O psíquico, nesse caso, que faria às vezes do inconsciente sem o ser, deverá ser entendido como um caso especial degradado e espelhado da unidade do campo transcendental, e é dessa perspectiva que é possível investigar sua gramática.

Esse problema da unidade está no centro da tese de *A transcendência do ego*. Pois a tese da transcendência do ego indica que a unidade dos vividos e, por extensão, do campo transcendental exige que se refaça os parâmetros de unificação da atividade da consciência. Partindo da tese de que o ego não produz unidade ou não produz mais essa unidade (o ego transcendente é o arremedo fantasmático de unidade), e a tese da unidade do ego é nociva à ideia fenomenológica de consciência, redesenha-se o escopo da intencionalidade, que agora deve operar sem o recurso ao um elemento fora, exterior – um “eu”, um princípio de unidade – do fluxo dos vividos.

Daí a atenção sartreana ao problema e o recurso extraordinário que ele mobiliza por meio das *Lições* husserlianas sobre o tempo (HUSSERL, 1964, 2000). Digamos que este é o pivô, a charneira do nosso artigo e o centro do argumento que lhe estrutura: a presença das lições sobre o tempo não incide *temporalmente* no campo transcendental, igualmente não incide em suas projeções impróprias, degradadas, na franja exterior que constitui a vida psíquica, apesar de o psíquico em *A transcendência do Ego* ter mais marcações temporais que propriamente o campo transcendental. As *Lições* servem essencialmente de modelo de unidade não egóica dos vividos. O que faz com que a reflexão opere nos quadros de *A transcendência do Ego* sem se temporalizar, sem se submeter ao efeito do tempo, mas incorporando a unidade longitudinal da intencionalidade, na clássica descrição não-egóica das *Lições*, tal como indicada e descrita por Husserl no famigerado diagrama do tempo das *Lições*.

As consequências gnosiológicas não são menos importantes. Vejamos:

Como seu título indica – “Constituição do Ego” – a segunda parte de *A transcendência do Ego* desdobra uma fenomenologia paradoxal: Sartre parte da espontaneidade irrefletida da consciência para mostrar que a constituição do Ego culmina forçosamente sobre aporias, a consciência procurando sua unidade em um polo secundário e transcendente que ambiciona, como unidade do *vivido*, ser primeiro e íntimo. Sartre

procede aqui como fenomenólogo, estudando modos de aparição do eu para fixar o processo intencional que dá a norma de sei tipo próprio de evidência e explica sua irredutível realidade (sua transcendência precisamente) tanto quanto sua definitiva instabilidade (como fonte retrospectivamente suposta da origem dos vividos, como interioridade estudada em exterioridade, como misto de inércia e espontaneidade, etc) (COOREBYTER *apud* SARTRE, 2003, p. 63).

Temporalidade e reflexão

O que ocorre de, digamos, 1934, quando *A transcendência do Ego* é pensada, publicada em 1936, e ensaio de ontologia fenomenológica, *O ser e o nada*, de 1943 em relação ao problema da reflexão? Nossa questão é essa, já mediada, porém, pela exposição que acabamos de fazer. Vejamos. Em 1936, a tarefa de ajuste crítico entre a primeira edição das *Investigações Lógicas* de Husserl e suas *Lições* sobre o tempo funciona, no ajuste interpretativo sartreano, de modo a simplificar e dar hígidez ao campo transcendental. Dessa simplificação, que também pode ser entendida como simplicidade, decorreria um efeito caro a Sartre: a concretezude. Rebaixa-se e reforça-se a factualidade da fenomenologia, na oposição retórica ao “deve poder acompanhar” kantiano que aparece já no início do texto, como um marcador negativo do problema que se vai investigar, em nome de uma relação transcendência e imanência livre de pressupostos normativos. Nesse quadro que se mobiliza a típica de unidade das *Lições* para arrimar uma ideia de unidade de consciência completamente não egoica, a unidade do fluxo será dada pela própria performatividade da intencionalidade, entendida como atividade sintética e imediata da consciência, o famoso bordão, “toda consciência é consciência de alguma coisa”.

Digamos, daí partimos – partindo com Sartre – mas a chegada não deixa de guardar surpresas. É a temporalidade que irrompe em 1943, informando decisivamente o problema da reflexão, que passa a ser agora espécie de corolário do próprio problema do tempo. O ganho crítico nessa perspectiva renovada pela investigação do tempo, a que reencontra temporalmente o problema de sua passagem e mudança, é dar novo relevo ao problema chave da espontaneidade, que na *Transcendência do Ego*, ocupava parte do lugar que o problema da temporalidade ocupa em *O ser e o nada*. Esse, o ponto centra da diferença de tratamento entre a reflexão em 1936 e a reflexão em 1943. Nesse artigo não nos interessa acompanhar a gênese dessa mudança, porém, para tal, *Os cadernos de uma guerra estranha* são incontornáveis, interessa simplesmente notar a diferença por justaposição. Já começamos.

Eis como já se anuncia a terceira seção do capítulo da temporalidade, a que trata do tema chave da reflexão, em *O ser e o nada*. Esse viés ajuda a repensar o problema do instante e o modo como Sartre lida com o instantaneísmo de sua “primeira filosofia” (veja-se ALT, 2017):

Nós escapamos do instantaneísmo na medida em que o instante seria a única realidade em-si limitada por um nada de futuro e um nada de passado, mas se recaímos nisso, teríamos que admitir, ainda que implicitamente, uma sucessão de totalidades temporais em que cada uma seria centrada em torno de um instante. Em uma palavra: dotamos-nos o instante de dimensões ek-státicas, mas nós não suprimimos, o que significa fazemos-nos suportar a totalidade temporal pelo intemporal, o tempo, se ele é, torna-se um sonho. Mas a mudança pertence naturalmente ao para-si em enquanto esse para-si é espontaneidade (SARTRE, 1998, p. 183).

O que ante perfazia o instante como limite ek-estático do passar do tempo, com o ônus dele mesmo ser uma unidade atemporal (do) si, o melhor correlato analítico da espontanei-

dade do campo transcendental – um positivo situado de nada a nada, espécie de derivação empirista da lição husserliana sobre o tempo e que punha a fenomenologia nos limites de um empirismo transcendental, muito em consonância com Jean Wahl, nos idos dos anos trinta –; agora é a própria temporalidade que perfaz estendendo as dimensões ek-státicas do tempo até o centro da unidade sintética onto-fenomenológica que lhes dá coesão, a própria temporalidade como nada nadificador e nadificante. Uma vez isso colocado, fica mais modestamente mais claro o sentido da última seção do capítulo da temporalidade.

A discussão sobre o estatuto da reflexão e as consequências que se pode tirar daí dá o arremate que estamos procurando. O terço inicial dessa seção, a seção sobre a reflexão do capítulo da temporalidade, a última do capítulo e a que trata especificamente do problema da reflexão, vem do caráter não intuitivo e, ainda, central desse problema em *O ser e o nada*: como e de que modo o problema da temporalidade desemboca no problema da reflexão? Em parte, isso vem do fato como, na tradição moderna, a reflexão tipicamente sobrepuja o tempo, arrancando o pensamento - o instrumento de imanência, por excelência - do instante e do imediato, em benefício de um sujeito que ultrapassa o tempo graças a uma garantia que ultrapassa o sujeito, sabendo como sabemos que o último deve estar fora do tempo. Aqui, tal recurso não mais prospera, o esforço prévio uma vez que aproxima conceitualmente à medida que descreve a temporalidade do si e da ipseidade, tem repercussão fatal no estatuto da reflexão. A reflexão como ato privilegiado de imanência, “presente e instantâneo”, não dá mais conta do problema pois o tempo não tem mais relação acidental com o sujeito, agora passa a constituir. O caráter propriamente reflexivo do para-si, feito o caminho de 1936 a 1943, o para-si consciente de si mesmo, exige que a reflexão re-ponha o que antes fora unidade não-tética e dispórica do para-si, em outro modo: como duração. Em alguma medida o desdobramento reflexivo é um desdobramento discursivo, pois exige um outro gênero de unidade. Será a duração o efeito imediato da *metabasis* própria da reflexão em relação à temporalidade originária. Da duração como efeito da reflexão, na economia do texto sartreano, o modo de explicitar como opera a reflexão a partir da *historicidade* do para-si, é que decorre a temporalidade psíquica, desdobramento “impuro” dessa novíssima ordem reflexiva. “Assim, o fenômeno da reflexão é uma nadificação do para-si que não lhe vem de fora, mas que ele tem de ser” (SARTRE, 1998, p. 199). A reflexão, desse modo, institui uma imanência específica, reflexiva, trazendo *para-si* a unidade da ipseidade que, do ponto de vista original e predicativo, aparece *fora*. Essa operação, porém, é incapaz de suprimir as marcas temporais originárias, próprias do para-si, apesar da unidade imanente que a reflexão põe: reflexivo e refletido trazem na sua diferença a diferença ontológica e temporais que a temporalidade originária lhes impõem.

Uma vez entendido o estatuto da reflexão a implicação da temporalidade no escopo da própria reflexão, fica mais claro o modo como a duração, como expressão própria do desdobramento reflexivo do para-si, pode degradar-se em temporalidade psíquica, e abrir outra frente de pesquisas. Retomemos. Na *Transcendência do Ego*, a emergência do psíquico, tema chave que organiza aquele texto, decorre de um desdobramento reflexivo - específico - da espontaneidade do campo transcendental articulada por meio do *cogito* como consciência reflexiva. A superfície do campo transcendental se dobra para ganhar uma profundidade *ad hoc*, derivada e imprópria, por meio de um excedente reflexivo. A única marca temporal daquela *cogito* é a unidade não egóica, referia as *Lições* husserlianas sobre o tempo. Fora isso, ele é infenso a qualquer diferença temporal constitutiva, a espontaneidade da atividade pré-reflexiva desliza pela superfície transparente do campo transcendental. O psíquico como essa dobra excedente do campo transcendental decorre de certo resíduo reflexivo impróprio - daí impuro - da operação propriamente reflexiva que o campo transcendental legitimamente permite e torna possível a

derivação transcendente que desemboca no psíquico. Portanto, o problema do psíquico lá se organiza, em perspectiva, por meio da maneira como a reflexão impura - o desdobramento específico do excedente reflexivo de que falávamos - ultrapassa dos limites de propriedade do ato reflexivo, a legítima intuição reflexiva, e com isso, os limites da reflexão pura, em relação ao fundo de espontaneidade - transparente e translúcido, em turbilhão - próprio do campo transcendental. Aqui, em *O ser e o nada*, se o problema é análogo, é significativamente mais complexo, porque a temporalidade passa a ocupar o lugar que a *mera* espontaneidade do campo transcendental ocupava nos quadros da *Transcendência do Ego*, e a operação reflexiva é dada segundo a ordem do tempo e não mais estritamente circunscrita à unidade performativa daquele *cogito* instantâneo de *A transcendência do Ego*, que lá arrima e reforça o instantaneísmo da solução. O problema, em 1943, é mais complexo, reiteremos, mas está no mesmo lugar gnosiológico, ainda que com um outro arranjo de elementos. Veja:

Assim, a conquista reflexiva de Descartes, o *cogito*, não deve ser limitada ao instante infinitesimal. Por outro lado, é isso que poderíamos concluir do fato de que o *pensamento* é um ataque que compromete o passado e se faz pré-esboçar pelo porvir. *Duvido*, logo sou, diz Descartes. Mas o que restaria da dúvida metódica se pudéssemos limitá-la ao instante? (SARTRE, 1998, p. 191).

Lendo o problema e o tema retrospectivamente, vê-se que aquilo que em 1936 Sartre chamava de *cogito* pré-reflexivo muda de lugar na economia da questão. Em 1943, o *cogito* pré-reflexivo funciona como medida da prova ontológica que abre o livro e atesta a não coincidência ou não recobrimento do *esse* pelo *percipi*. A reflexão, ao levar a cabo a operação de duplicação e espelhamento da temporalidade, reforça o começo sem origem do para-si, e lá está o sentido profundo do par *reflect-reflectant* assimilado na ordem reflexiva ao par reflexivo-refletivo, problema e correlação ausente em *A transcendência do Ego*.

O rigor das exigências teóricas da seção sobre a reflexão do capítulo da temporalidade não basta, como em 1936. Esquadrinhar as condições de derivação imprópria do psíquico, a partir do par reflexão impura e reflexão pura, é insuficiente; é preciso partir de um novo estatuto da reflexão que leve em conta a diferença ontológica que constitui o para-si como instância propriamente temporal. Reflexão pura e impura como par analítico seguem no livro de 1943, porém, partem de um desenho mais complexo de reflexão. Assim, a retomada reflexiva da temporalidade dá na forma da duração porque o para-si é temporal.

A duração do psíquico decorre do modo como o fundamento temporal da ipseidade, a temporalidade originária, descrita por meio do espalhamento de planos - o fenomenológico e ontológico - descrição pisada e repisada nas duas primeiras seções do capítulo, desdobra-se numa passagem reflexiva imprópria - impura para sermos exato - o que permite esmiuçar conceitualmente o modo como a passagem à reflexão e à reflexão impura pode dar em um tipo específico de temporalidade degradada, uma vez que a reflexão, ao apanhar de modo tético a operação originária do para-si, a temporalidade originária, *pode* degradá-la, degradação cujo efeito é tomar seus momentos temporais hipostasiados, como quase objeto, usando a própria da reflexão como modo de se os destemporalizar, e inscrever suas qualidades temporais em modos transcendentais não temporais.

Esses modos transcendentais acabam por aderir em uma estrutura polarizada por um quase objeto de tipo especial, o Ego, o cúmulo da reescrita e reinscrição operada pelo psíquico. Essa *metabasis*, que a reflexão impura produz por meio de sua operação, produz, como efeito, o psíquico, que funciona como uma exterioridade interior - forma degradada de imanência - do para-si, um mar interior, a intimidade e a interioridade, por excelência, tomadas em sentido

comum, representa esse fora do para-si que é ele mesmo, o para-si, porém, objetivado como em-si precário, feita as contas de todos os ajustes temporais necessários.

Refaçamos essa pequena excursão. Tomando a reflexão de modo imanente, e respeitando os limites da imanência que a reflexão põe, estamos ainda na ordem da reflexão pura. Nesse caso, apenas desmobilizamos a “vida” dos elementos pré-téticos do para-si, de modo a os visar abstratamente, “fora” dos atos que os põem, conservando, em gênero reflexivo, as diferenças temporais que constituem o próprio do para-si. É uma primeira alienação transcendente da estrutura sintético-temporal do para-si, nos dá a rememoração como ato, a duração como efeito desse ato (por óbvio, teticamente motivada) operado a partir da temporalidade original, que mantém suas marcas e salvaguarda os limites desse ato tético. Se tomamos esses mesmos elementos de modo radicalmente transcendente, cortando seus laços de origem, os limites da imanência reflexiva – um e outro modo tem a ver com qualidade própria da reflexão – “caímos”, por assim dizer, na ordem do psíquico, e a temporalidade passa a ser um transcendente em relação aos conteúdos vividos, também transcendidos, segundo os modos de estados, qualidades, ações. Essa operação pode ser decifrada por meio da reflexão impura, instrumento analítico próprio para desbravar o psíquico. Agora estamos de pleno direito no solo de sentido das representações psicológicas típicas e das representações temporais não originárias.

A reflexão é o para si consciente *dele* mesmo. Como o para-si é já consciência não-tética (de) si, tem-se o costume de representar a reflexão como uma consciência nova, que aparece bruscamente, apontando para a consciência refletida e vivendo em simbiose com ela. Reconhece-se a velha *idea ideae* de Espinosa (SARTRE, 1998, p. 186).

Essa ultrapassagem define as condições gnosiológicas das representações e objetos do psíquico, deformados e degenerados em relação às condições da temporalidade original, mas não menos concretos por isso. É o lugar do pensamento mágico e da patologia, pois suas representações, conteúdos e objetos (pseudo-objetos) trazem em si a contradição performativa de sua origem, aparentam estar *vivo, serem intencionalmente animados*, porém, sua típica é sua aparência não corresponde à sua *essência*. A seção se organiza, pois, a partir da descrição do problema próprio da reflexão e seus desdobramentos, próprios e impróprios, a nadificação específica que define a reflexão, logo, seu fundo ontológico, as marcas temporais que a unidade reflexiva transfigura, seus efeitos imanentes, duração e interioridade, os modos de reflexão - reflexão pura e reflexão impura -; e a emergência do psíquico como uso transcendente da reflexão, e suas consequência nas operações gramaticais do psíquico.

Há um elemento chave, próprio da mudança de gênero que implica a emergência da reflexão tematicamente considerada, e a passagem da reflexão pura à reflexão impura, cujo detalhamento oferece enorme ganho analítico: o *reflet-refletant*, tema típico de *O ser e o nada*, transmuta-se em reflexivo-refletido na última espuma dessa singular *metabasis*. Essa transmutação põe as condições prévias das alteridades, que aparecerão decantadas e deformadas no psíquico - o primeiro e mais íntimo “fora” do para-si -, e serão retomadas e explicitadas por meio do para-outro.

Não sem motivos, há que notar como que o retorno da velha *idea ideae* espinosana, não mais vista diretamente, à maneira do século XVII, mas vista por um espelho, vista de passagem, obliquamente, pelo espelho sartreano do *reflet-refletant* (em função de nova unidade do para-si instituída pela reflexão, essa duplo reaparece igualmente no par reflexivo-refletido): a assimetria de origem dada pela natureza diaspórica do temporalidade (que é a do para-si), mediada pela duração como unidade posta pela reflexão pura, subverte-se em uma objetividade psíquica que só pode funcionar magicamente. Da imagem da *ideia* espinosana chega-se às ra-

zões do psíquico que atualizam a eficiência mágica do antigo problema das causas finais, *locus* de toda ordem de superstição. A volta, e com razões, das miríades de superstições típicas das causas finais, diria Espinosa, está em lugar errado, no fim e não no começo, ao que Sartre retruaria, com muita consideração, não há mais o lugar justo, um começo que coincida com a origem. A enigmática assimetria especular do começo “produz” objetos cujas emanações e eflúvios vivem de encantamentos e encantamentos. De certo modo, oblíquo e obscuro, também a má-fé aí se assenta. O psíquico não é apenas a metafísica sem crítica, mas também é a metafísica sem crítica vista por um espelho.

Considerações finais

Entre a estrutura do campo transcendental, impessoal e translúcida, e o para-si e seu circuito da ipseidade muito água passa pelo moinho sartreano. Boa parte dessa história, o próprio autor contou nos *Cadernos de uma guerra estranha*, em um exercício portentoso de prosa sartreana. Limitamo-nos aqui a destacar dois momentos e espelha-lhos para melhor mensurar sua diferença. Da medida dessa diferença vem não a temporalidade, novo modo de instanciação, por meio da qual Sartre pretende dar conta daquilo que pouco a pouco apareceu a ele como insuficiência em *A transcendência do Ego*, mas a própria reflexão, tornado tema muito mais complexo. Será a temporalidade, já pressuposta no circuito da ipseidade, que permitirá sair da impessoalidade abstrata e tão sedutora de *A transcendência do Ego*, contra a qual o próprio Sartre se desolidariza nos *Cadernos de uma guerra estranha*. Essa inflexão, que se desloca de temas muito próprios de *A transcendência do Ego*, mas não significa absolutamente um retorno à velha epistemologia dos professores, mantém sua originalidade, se é que podemos falar nesses termos: em nenhum momento representa um retorno às soluções desde sempre descartadas, ou a uma recaída substancialista de qualquer ordem. A sua maneira, é o que a revisão do problema da reflexão em *O ser e o nada* atesta.

O que eu compreendi é que a liberdade não é absolutamente o descolamento estoico dos amores e dos bens. Ela supõe, ao contrário, um enraizamento profundo no mundo, e se é livre *para além* desse desenraizamento. É para além da multidão, da nação, da classe, dos amigos que se está sozinho. Em vez disso, eu afirmava minha solidão e minha liberdade *contra* a multidão, a nação, etc. O Castor me escreve justamente que a verdadeira autenticidade não consiste em expandir e transbordar sua vida por todos os lados, ou tomar um recuo para tudo julgar, ou dela se liberar a cada instante; mas, ao contrário, nela mergulhar e com ela fazer corpo (SARTRE, 1995, p. 538).

Referências

- ALT, Fernanda. Do instante à ek-stase: a mudança na teoria do tempo em Sartre. *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, v. 2 6, n. 40, p. 305-329, jan./jun. 2017.
- BARBARAS, Renaud. *Sartre. Désir et liberté*. Paris: PUF/Débats, 2005.
- CABESTAN, Philippe. *L'être et la conscience. Recherches sur la psychologie et l'ontophénoménologie sartrienne*. Bruxelas: Edições Ousia, 2004.
- COOREBYTER, Vicent. *Sartre face à la Phénoménologie*. Bruxelas: Edições Ousia. 2000.
- ESPINOSA, Bento. *Ética*. São Paulo: Edusp, 2015.

- ESPINOSA, Bento. *Éthique*. Paris: PUF, 2020.
- FLAJOLIET, Alain. *La première philosophie de Sartre*. Paris: Honoré Champion, 2008.
- FUJIWARA, Gustavo. A Temporalidade em "L'être et le néant". *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 144, p. 563-585, dez./2019.
- GRANEL, Gérard. *Le sens du temps et de la perception chez E. Husserl*. Paris: Gallimard. 1968.
- HUSSERL, Edmund. *Leçons pour une phénoménologie de la conscience intime du temps*. Trad. Henri Dussort. Paris: Presses Universitaires de France. 1964.
- HUSSERL, Edmund. *Vorlesungen zur Phänomenologie des inneren Zeitbewusstseins*. Editor: Martin Heidegger. Tübingen: Max Niemeyer. 2000.
- MOUTINHO, Luiz Damon Santos. *Psicologia e fenomenologia em Sartre*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- MÜLLER, Marcos L. A má fé e a Teoria da Negação em Sartre. *Manuscrito*, Campinas, v. V, n. 2, p. 91-103, 1982.
- PRADO JR., Bento. *Ipseitas*. Editor: Vladimir Safatle. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SARTRE, Jean-Paul. *Cahiers de la drôle de guerre*. Paris: Gallimard, 1995.
- SARTRE, Jean-Paul. *La transcendance de l'Ego et autres textes phénoménologiques*. Paris: Vrin, 2003.
- SARTRE, Jean-Paul. *L'être et le néant*. Paris: Gallimard, 1998.

Sobre o autor:

Alexandre de Oliveira Torres Carrasco

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2004) com dois estágios no exterior: Universidade de Clermond-Ferrand (2001-2002) e Universidade Panteão-Sorbonne - Paris IV (2003). É professor associado do departamento de Filosofia da EFLCH da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Tradutor. Experiência em pesquisa e ensino de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia e Filosofia e Ciências Humanas, atuando principalmente nos seguintes temas: fenomenologia, existencialismo, filosofia política, política, teoria crítica e crítica literária.

Recebido: 19/08/2023
Aprovado: 30/08/2023

Received: 19/08/2023
Approved: 30/08/2023